



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CNPJ 32.243.347/0001-51

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

Rua Acre, nº 80 - sala 604 - Centro/Rio de Janeiro - CEP 20.081-000

Telefone/FAX: (21) 3261-8682 / 3261-8016 (de 11:00 às 19:00 horas)



E D I T A L

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 186/12

T2- EOF-2012/00233

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 261 de 11 de setembro de 2012, do Ilmo. Sr. Diretor da Secretaria Geral, Dr. Jaderson Correa dos Passos, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, realizado por meio da internet, no *site*: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Decreto 6.204/07 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 19 de dezembro de 2012

Horário (de Brasília): 11:30h

Local: www.comprasnet.gov.br

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviço de modernização de 2 (dois) elevadores no prédio da Rua Visconde de Inhaúma nº 68**, conforme especificações definidas neste edital e no Termo de Referência - Anexo I.

1.1 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

1.2 - Fazem parte deste Edital:

- Anexo I- Termo de Referência;
- Anexo II- Planilha de Preços;
- Anexo III- Minuta do Contrato Administrativo;
- Anexo IV- Demonstrativo BDI.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do *site* www.comprasnet.gov.br. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.



- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, o licitante deverá manifestar, através de declaração virtual inserida em campo próprio do sistema Comprasnet, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.
- 2.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.
- 2.4 - Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aqueles que tenham sido declarados **inidôneos** para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo penalidade de **suspensão do direito de licitar ou impedimento de contratar com este Tribunal**.
- 2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 2.6 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.7 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.comprasnet.gov.br. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).



- 3.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, e quando for o caso, seus anexos, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **valor total dos serviços, conforme Planilha de Formação de Preços Discriminados constante do ANEXO II**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;



- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste edital;
- 5.6 - Planilha contendo especificações detalhadas da composição do custo e formação do preço final, conforme modelo constante do Anexo II deste edital;
- 5.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.
- 5.6.2 - **Apresentar Planilha de composição analítica do BDI.**
- 5.7 - **PRAZOS:**
- 5.7.1 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão deste pregão eletrônico;
- 5.7.2 - Prazo de execução dos serviços: em até 180 (cento e oitenta) dias, **contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;**
- 5.7.3 - **O prazo de garantia dos serviços** : no mínimo, 5 (cinco) anos, conforme subitem 7 do Termo de Referência, Anexo I.
- 5.7.4 - **O prazo de garantia dos materiais /equipamentos:** no mínimo, 12(doze) meses, conforme subitem 7 do Termo de Referência, Anexo I.
- 5.7.5 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens **5.7.1 a 5.7.4**, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.8 - O Licitante deverá descrever marcas e modelos (se houver) que bem identifiquem o produto cotado. Na hipótese de cotação de marca similar, o licitante descreverá integralmente as características da marca pela qual optou cotar, apresentando catálogos ilustrativos originais do fabricante, manuais técnicos ou fotocópias legíveis, em língua portuguesa, em arquivo eletrônico no formato PDF. Nestes documentos deverão constar especificações claras e detalhadas, bem como a marca e o modelo cotado para quaisquer itens que estejam especificados no Edital. Tal solicitação prende-se à necessidade de avaliação no que concerne às características dimensionais e de adaptabilidade a conjuntos e instalações em uso pelo TRF2;
- 5.9 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** e **documentos de habilitação** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema



Comprasnet, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 3261-8016 ou 3261-8682, ou do e-mail cpl@trf2.gov.br.

5.9.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.

5.10 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.11 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.12 - No caso de haver divergência entre a descrição do código do produto no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a esta última.

5.13 - Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação e/ou não atendam às exigências deste Pregão.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - Os preços deverão ser cotados em Reais, com apenas duas casas decimais;

6.2 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexeqüíveis;

6.3 - O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.

7.1.1 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para a totalidade do objeto desta licitação, sob pena de desclassificação da mesma.

7.1.2 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



- 7.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.3 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.5 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 min (*trinta minutos*), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 7.5.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
 - 7.5.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.6 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 7.6.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (*dez*) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.
- 7.7 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.



- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
 - 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
 - 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e verificando a sua aceitabilidade e procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.



- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.12 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - A habilitação da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:
- 9.1.1 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, dentro da validade;
- 9.1.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro da validade;
- 9.1.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.6 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.1.7 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado ao licitante cadastrado e parcialmente habilitado no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada na própria sessão pública.
- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:



- 9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
- 9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;
- 9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- 9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente;
- 9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 - SLTI, de 16 de setembro de 2009.
- 9.3 - Apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.4.1 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia (CREA), comprovando a habilitação da licitante para a execução dos serviços na área de **engenharia mecânica** e o seu atual quadro de responsáveis;

9.4.2 - Indicação de 01 (um) Engenheiro mecânico, dentre os arrolados na certidão de que trata o subitem anterior que será o detentor de ART pelos serviços a serem executados;

9.4.2.1 - Indicação de 01 (um) Engenheiro elétrico que será o responsável técnico pela execução dos serviços na sua área de atuação;

9.4.2.1.1 - Comprovação, através de documento hábil, de que os profissionais pertencem ao quadro da empresa ou que mantém contrato de prestação de serviços com a mesma.

9.4.2.1 - Os profissionais acima serão os responsáveis técnicos, cada um na sua área de atuação, pela execução dos serviços e deverão comprovar sua experiência através de Certidões, Registros ou Anotações, emitidos e/ou registrados pelo CREA **em execução de serviço de instalação de Elevadores;**

9.4.3 - **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

9.4.3.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 1 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico, que ateste que a licitante tenha executado serviço similar de



complexidade operacional equivalente ou superior às dos equipamentos e instalações **cujas parcelas de maior relevância** sejam as seguintes:

9.4.3.1.1 - Prestação de serviços de modernização em elevadores para 5 passageiros ou 350 kg, com no mínimo 3 paradas, velocidade de 60 m/min, portas de cabine de aço inox, portas de pavimento com eixo vertical, acionamento eletrônico microprocessado por quatro de comando com kit VVVF (controle por variação de frequência e tensão), motor de tração de corrente alternada assíncrono, com tração direta, digitalizador de voz na cabine, instalação de sistema de incêndio com serviço de bombeiro;

9.4.3.1.1.1 - As características técnicas referidas no tópico acima poderão ser comprovadas através da apresentação de atestados distintos, sendo considerados semelhantes no que se refere **ao porte dos elevadores, números até 10% (dez por cento) menores de passageiros, paradas e velocidade;**

9.4.3.2. Apresentar declaração formal de que dispõe dos instrumentos de medição descritos no subitem 2.29 do Termo de Referência.

9.4.4 - Registro emitido pela **gerência de engenharia mecânica - GEM**, da RIOLUZ, comprovando que a licitante possui experiência na instalação ou manutenção de equipamentos objeto desta licitação, conforme exigência contida art. 45, caput, da Lei Municipal nº 2.743, de 7 de janeiro de 1999.

9.4.5 -ATESTADO DE VISITA TÉCNICA emitido pela seção de eletricidade Automação - Divisão de Administração Predial - DIAMP, localizada na Rua Acre, nº 80/15º andar - sala 1.503 A, comprovando que a licitante conferiu todas as quantidades e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;

9.4.5.1 - Esta vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

9.4.5.2 -As visitas deverão ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 horas, e poderão ser previamente agendadas telefone (21) 3261-8155 ou pelo e-mail: "semant@trf2.gov.br"

9.5 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.6 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa e empresa de pequeno porte terá prazo adicional de 2 (*dois*) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a



regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativa ou positiva com efeito de negativa.

9.6.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **9.6**, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes dos serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa	Despesa estimada
02.122.0569.1136.0101	000.907	44.90.51.92	R\$ 327.235,56

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "*homepage*" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento", e no *site*: www.comprasnet.gov.br, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: cpl@trf2.gov.br, até 3 (*três*) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones de contato são (21) 3261-8682 e 3261-8016.
- 11.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 11.4 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 11.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada do licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF-2ªRG convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua do Acre nº 80 - 16º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 13.2 - A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.



- 13.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF, a qual deverá ser mantida pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 13.4 - O vencedor da licitação que não fizer as comprovações referidas nos subitens 13.2 e 13.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 13.6 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.
- 13.6.1 - A contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.
- 13.6.2 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato.
- 13.6.3 - A perda da garantia em favor do contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato.
- 13.6.4 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 13.6.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.
- 13.6.6 - A garantia contratual deverá ser prestada quando da assinatura do contrato.



13.7 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

14 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, da seguinte maneira:

- 14.1 - **Provisoriamente** - imediatamente após a conclusão dos serviços de modernização dos elevadores, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com os termos contratuais.
- 14.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.
- 14.3 - Os termos serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 14.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais ou serviços foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.
- 14.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal apresentado pelo contratado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, **da seguinte forma:**

- a) 10% - Entrega dos documentos descritos no item 2.1 do Termo de Referência, Anexo I;



- b)** 30% - Entrega de materiais (15% para cada elevador);
- c)** 60% - após a conclusão e aprovação dos serviços pela fiscalização (30% para cada elevador).
- 15.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 15.1.2 - Para fins do disposto no item 15.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 15.2 - Os documentos fiscais deverão ser entregues na Divisão de Compras (Rua Acre, nº 80 - 16º andar - Centro - Rio de Janeiro), no horário de 12:00 às 17:00 horas, na primeira semana do mês subsequente ao da prestação dos serviços, em 02 (*duas*) vias;
- 15.3 - Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 15.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007;
- 15.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);
 - 15.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 15.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido ao contratado para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 15.7 - O TRF - 2ª Região poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:
 - 15.7.1 - Existência de qualquer débito para com o Contratante;
 - 15.7.2 - Se os serviços não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.



- 15.8 - Na hipótese de o objeto licitatório se tratar de prestação de serviços com fornecimento de materiais será obrigatória a discriminação, no documento fiscal, do valor correspondente aos materiais aplicados;
- 15.9 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- 15.9.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item **15.9**, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16 - DAS PENALIDADES

- 16.1 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 16.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 16.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.
- 16.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:
- a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
 - d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 16.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:



- 16.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:
- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
 - b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
 - c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.
- 16.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 16.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.
- 16.6 - Caso a multa não seja paga no prazo estabelecido, será descontada dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobrada judicialmente, se for o caso.
- 16.7 - Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.
- 16.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.
- 16.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.
- 16.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.
- 16.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.
- 16.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.



17 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 17.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: **www.trf2.jus.br**, opção **"Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento"**, e **www.comprasnet.gov.br**, opção **"visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos"**, e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinete e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 17.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 17.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 17.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 17.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 17.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 17.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, terça-feira, 4 de dezembro de 2012

Francisco Luis Duarte
Pregoeiro



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0186/2012

Proc. nº T2-EOF-2012/0233

1 - OBJETO Prestação de serviço de modernização de 2 (dois) elevadores no prédio da Rua Visconde de Inhaúma 68, conforme descrito no presente Termo de Referência.

2 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 - A empresa apresentará um projeto executivo das cabines dos dois elevadores, com memorial de cálculo e desenho em CAD e impresso das casas de máquinas, das caixas de corrida e das cabines contemplando todos os equipamentos existentes, obedecendo-se as normas vigentes, a ser apreciado e aprovado pela fiscalização, antes do início dos serviços, no prazo de até 15 (quinze) dias, **contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;**

O projeto discriminado no subitem anterior deverá conter:

- 2.1.1 - Memorial descritivo;
- 2.1.2 - Cálculo de tráfego;
- 2.1.3 - *Lay-outs* das casas de máquinas;
- 2.1.4 - Diagramas unifilares;
- 2.1.5 - Esquemas funcionais e de montagem;
- 2.1.6 - Cronograma de entrega, execução e instalação, incluindo plano geral de trabalho constando fases e atividades;
- 2.1.7 - Planilha contendo todos os dados dos materiais a serem fornecidos e instalados, incluindo: descrição, marca, modelo, tipo, fabricante, quantidade e custos;
- 2.1.8 - Documentação técnica dos produtos e materiais fornecidos e instalados, tais como manuais de instalação técnica e/ou manuais de referência técnica;
- 2.1.9 - Manuais de operação e manutenção do sistema modernizado.
- 2.1.10 - Lista dos materiais, peças, placas eletrônicas e equipamentos com respectivo quantitativo para manutenção preventiva e corretiva.

2.2 - Fornecimento e instalação dos equipamentos e materiais, obedecendo-se as especificações descritas no projeto executivo, de maneira a proporcionar desempenho adequado do sistema de transporte, respeitando-se a memória de cálculo e em função das características do local;



2.3 - Substituição de materiais prejudiciais, como amianto das lonas de freios, por materiais que assegurem o mesmo nível de desempenho;

2.4 - Caixa ;

2.4.1 - As folgas na última altura e no poço devem estar de acordo com 5.7.1 e 5.7.2.3 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.4.2 - O poço deve ter dispositivos de parada de acordo com 5.7.2.4 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.4.3 - Iluminação da caixa de acordo com 5.9 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.4.4 - Infraestrutura elétrica, mecânica e civil para chaves de sinalização eletrônicas para posicionamento da cabina no interior da caixa, interligação do quadro de comando às botoeiras e indicadores dos andares, sistemas de segurança e travamento nos pavimentos, portas e poço;

2.5 - Casa de Máquinas

2.5.1 - Fornecimento e instalação de quadro de comando microprocessado com sistema de acionamento do motor por VVVF, atendendo integralmente aos itens 13 e 14 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.5.2 - Fornecimento e instalação de cabo de manobra;

2.5.3 - A instalação da máquina e/ou quadro de comando deve satisfazer as folgas horizontais de 6.3.2 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.6 - Pavimentos e Portas de Cabina ;

2.6.1 - Cada fixação da porta de pavimento deve resistir às forças e descarrilhamento conforme definido em 7.2.3.1 e 7.4.2.1 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.6.2 - Todos os elevadores devem ser equipados com dispositivos de proteção de portas de acordo com 8.7.2.1 da ABNT NBR NM 207:1999, e devem atuar como mínimo em toda a zona compreendida entre 25 mm e 1.800 mm de altura, medida a partir do piso da cabina;

2.6.3 - Fornecimento e instalação de indicador eletrônico, com visor digital de posição do elevador em cada pavimento (tipo da numeração, design etc de acordo com o padrão do Contratante);

2.6.4 - Fornecimento e instalação de botoeira de pavimento anti-vandálicas (tipo da numeração, design etc de acordo com o padrão do Contratante). Os botões das cabines, além de possuírem gravação em braile em alto-relevo no painel, deverão possuir simbologia conforme a Norma NM-313/2007, identificando os botões de: andar principal; abrir portas; fechar portas; alarme e interfone;

2.6.5 - Fornecimento e Instalação de cortina luminosa ;

2.7 - Dispositivos de Travamento ;

2.7.1 - Todos os dispositivos de travamento das portas de pavimento devem estar de acordo com 7.7.3 e 7.7.4 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.8 - Cabina, Carro e Contrapeso;



- 2.8.1** - Alterar as condições de carga do elevador para se adequar a 8.2.1 e 8.2.2 da ABNT NBR NM 207:1999;
- 2.8.2** - Instalação de protetores da plataforma de acordo com 8.4 da ABNT NBR NM 207:1999;
- 2.8.3** - Balaustrada no teto da cabina de acordo com 8.12.1 da ABNT NBR NM 207:1999;
- 2.8.4** - A cabina deve ter ventilação de acordo com 8.15 da ABNT NBR NM 207:1999;
- 2.8.5** - A iluminação deve estar de acordo com 8.16 da ABNT NBR NM 207:1999;
- 2.8.6** - Fornecimento e instalação de central telefônica eletrônica de comunicação entre cabina e casa de máquinas ou cabina e portaria onde são instalados aparelhos telefônicos exclusivos para este fim.
- 2.8.7** - Fornecimento e instalação de sistema de alarme interligado com a portaria composto por uma sirene eletrônica que emite som no momento em que o botão de alarme da cabina é pressionado, permitindo o reconhecimento da situação de emergência;
- 2.8.8** - Fornecimento e instalação de operador de porta com motor acionado por inversor de frequência VVVF;
- 2.8.9** - Fornecimento e instalação de botoeiras de cabina anti-vandálicas em aço inox (tipo da numeração, design etc de acordo com o padrão do Contratante). Os botões das cabines, além de possuírem gravação em braile em alto-relevo no painel, deverão possuir simbologia conforme a Norma NM-313/2007, identificando os botões de: andar principal; abrir portas; fechar portas; alarme, interfone e bombeiro;
- 2.8.10** - Fornecimento e instalação de painel eletrônico com visor digital interno à cabine com indicação de pavimento e sentido de movimento do elevador (tipo da numeração, design etc de acordo com o padrão do Contratante);
- 2.8.11** - Fornecimento e instalação de botoeira de manutenção em cima do carro;
- 2.8.12** - Modernização interna do design da cabina, com chapas de aço inox, ventilador, espelho e piso. (tipo da numeração, design etc de acordo com o padrão do Contratante)
- 2.9** - Proteção de Polias ;
- 2.9.1** - Placas de proteção e pintura de polias e rodas dentadas de acordo com 9.6 da ABNT NBR NM 207:1999;
- 2.10** - Freios e Limitador de Velocidade;
- 2.10.1** - Os freios de segurança devem estar de acordo com 9.7 e 9.8 da ABNT NBR NM 207:1999;
- 2.10.2** - Dispositivo de proteção contra excesso de velocidade conforme item 5.9.4 da ABNT NBR 15597:2010;
- 2.10.3** - O freio eletromecânico deve estar de acordo com 12.4.2 da ABNT NBR NM 207:1999;
- 2.10.4** - Todos os sistemas de freio e segurança do elevador devem ser controlados automaticamente pelo quadro de comando do elevador;



2.11 - Limitadores de Percurso Final;

2.11.1 - Os limitadores de percurso final devem ser comandados pelo quadro de comando modernizado e atender 10.5 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.12 - Distâncias Máximas;

2.12.1 - A distância horizontal dentre a superfície interna da caixa e a soleira da plataforma deve seguir item 11.2 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.13 - Máquinas;

2.13.1 - Fornecimento e instalação de motor e máquina sem engrenagem com enconder no eixo de tração do motor. O enconder deve ser interligado ao quadro de comando para controle do motor por sistema VVVF. A capacidade de carga do elevador deve ser de 350 kg e velocidade de 60 m/min. A máquina deve seguir integralmente as especificações de acordo com os itens 9.7, 9.8 e 12 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.13.2 - Fornecimento e instalação de cabo de tração e do cabo do limitador de velocidade. Ambos completos com novas guias e presilhas em u, conforme itens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.8.6 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.13.3 - Instalação de sistema de operação de emergência conforme item 12.5 e 16.4.1 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.13.4 - Parada de máquina e verificação de sua condição de parada conforme 12.7 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.13.5 - Fornecimento e Instalação de dispositivo de segurança para casos em que o carro ou contra-peso encontre um obstáculo durante a descida conforme 10.6 da ABNT NBR NM 207:1999

2.14 - Instalações Elétricas e Controle contra Falhas elétricas, controles; prioridades;

2.14.1 - As instalações elétricas devem atender o item 13 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.14.2 - Os sistemas de proteção contra falhas elétricas, controles e prioridades devem atender ao item 14 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.15 - Avisos, Marcações e Instruções de Operação

2.15.1 - A instalação deve ser provida com avisos conforme item 15 da ABNT NBR NM 207:1999;

2.16 - Sistema de incêndio ;

2.16.1 - Serviço de Bombeiros: todos os elevadores deverão possuir o serviço de bombeiros com fase I (dispositivo de bombeiros) e fase II (dispositivo de incêndio), de acordo com as especificações da NB-9077 - Saídas de emergência em edificações e seguintes características básicas:

2.16.1.1 - Fase I - operada através de uma chave do tipo yalle instalada em um painel no pavimento de descarga, conforme a NB-9077, contendo todas as instruções básicas de operação do circuito;



- a) Desativação das chamadas externas e corrida expressa ao térreo, onde o elevador deverá ficar estacionado com as portas abertas;
- b) Deverá ser instalada uma chave tipo yalle na sala de controle do Contratante, e no pavimento principal, para cada grupo de elevadores, para operação da fase I, as chaves deverão possuir 03 (três) posições: incêndio, normal, e neutro.
- c) Os circuitos dos elevadores deverão ser interligados aos detectores de incêndio da edificação e entrar em fase I automaticamente;
- d) Cada cabine do elevador deverá possuir uma chave yalle exclusiva para o serviço de bombeiros fase II, também com 03 (três) posições: bombeiro, hold, normal;
- e) As chamadas externas ficarão desabilitadas, apagadas após o acionamento da chave da fase I ;

2.16.1.2 -Fase II - operada internamente dentro do elevador através de uma chave tipo yalle, conforme a NB-9077;

- a) O elevador deverá parar no andar designado e ficar com as portas fechadas, as quais deverão abrir-se somente quando for acionado o botão de abrir portas do P.O.C. (Painel de Operação da Cabine);
- b) Instalar um botão para cancelamento de chamadas;
- c) Instalar um botão luminescente com o símbolo dos bombeiros (capacete) que se iluminara no acionamento da fase I;
- d) Instalar um sinal sonoro sinal (bitonal fá-dó) com 40 dB na cabine do elevador, para indicar aos passageiros a existência da situação de emergência existente no prédio;

2.17 - Ajuste completo dos componentes dos elevadores, inclusive dos componentes que não serão substituídos, de forma a estabelecer o perfeito funcionamento dos elevadores, inclusive:

2.17.1 -Todas as guias devem sofrer uma completa revisão em seu alinhamento, bitolagem, braquetes, parafusos ou soldas utilizadas na sua fixação aos braquetes;

2.17.2 -Substituição de todos os componentes danificados, enferrujados ou que possam comprometer a integridade das fixações das guias;

2.17.3 - O alinhamento e a bitolagem das guias deverão proporcionar uma viagem confortável e segura do elevador, atendendo aos padrões estabelecidos quanto às vibrações horizontais e verticais;

2.17.4 - Substituição dos blocos de contrapeso, armação do contrapeso, armação da cabine, pára-choques, limitadores de velocidade, polia de desvio do limitador de velocidade e freios de segurança com folgas, trincas ou danificados;

2.18 - Na entrega final do elevador será realizado um teste conforme Anexo E da ABNT NBR NM 207:1999, com emissão dos relatórios dos itens analisados conforme consta no referido anexo;

2.19 - Os elevadores operarão no modo simplex;



2.20 - Os elevadores serão adaptados às instalações existentes, sendo modernizados com base nas normas NBR5665, NBR 15597, NM 313 e NM 207;

2.21 - Todos os elementos do sistema deverão ser capazes de funcionar em uma temperatura ambiente, dentro da casa de máquinas, de até 45 °C;

2.22 - Gabinetes fechados, contendo circuitos eletrônicos projetados para a utilização em países de clima frio, deverão ter o sistema de ventilação/exaustão reforçado, de maneira que não sejam verificadas grandes variações térmicas entre o interior e o exterior do gabinete, ou seja, a variação deve ser menor ou igual a 5 °C;

2.23 - Os quadros e equipamentos deverão ser imunes à interferência eletromagnética, geradas por transmissores de rádio, telefonia celular, motores de elevadores, raios, antenas parabólicas e etc;

2.24 - As máquinas de tração deverão receber filtros especiais para eliminação de qualquer ruído elétrico e harmônicos, e ainda deverão ser assentadas sobre calços de borracha para absorção das vibrações oriundas do funcionamento dos equipamentos prediais;

2.25 - Caso haja alteração do projeto inicial, a empresa fornecerá o "as built" das instalações, com todas as alterações demarcadas em planta, inclusive com novos cálculos, sendo fornecido nos mesmos moldes do projeto, no formato A3 em Arquivo DWG e plantas.

2.26 - Os quadros e equipamentos deverão ser imunes à interferência eletromagnética, geradas por transmissores de rádio, telefonia celular, motores de elevadores, raios, antenas parabólicas e etc;

2.27 - As máquinas de tração deverão receber filtros especiais para eliminação de qualquer ruído elétrico e harmônicos, e ainda deverão ser assentadas sobre calços de borracha para absorção das vibrações oriundas do funcionamento dos equipamentos prediais;

2.28 - Sistema de monitoramento com código aberto para análise dos circuitos através de informações, permitindo a identificação e correção de problemas que estejam gerando defeitos nos elevadores, diferenças de padrões de funcionamento quanto à curva de aceleração/desaceleração, paragem, nivelamento e outros itens;

2.29 - A Contratada deverá promover as modernizações nos equipamentos de forma a assegurar as performances mínimas, conforme tabela a seguir. Para mensuração da performance a empresa deve apresentar comprovante de posse dos seguintes instrumentos:

2.29.1 - Maleta EVA - "Elevator Vibration Analysis system" ou sistema similar que comprovadamente realize a medição de vibração da cabine em viagem;

2.29.2 - Tacômetro;

2.29.3 - Dinamômetro para se medir a resistência das portas;

2.29.4 - Software do fabricante ou similar para avaliação e medição da velocidade, aceleração e Jerk em função do tempo;

DESCRIÇÃO	VALORES /
-----------	-----------



	TEMPOS
TEMPOS DE PERFORMANCE	-----
1. Tempo de abertura de portas (s)	1,8 / 2,2 s
2. Tempo de fechamento de portas (s)	2,0 / 2,5 s
3. Tempo de viagem entre andares consecutivos, considerando-se um fechamento de portas, <i>break to break</i> e $\frac{3}{4}$ da abertura de portas no andar seguinte. (s); altura pé direito: (m)	8,0 / 9,5 s
4. Intervalo de tráfego para cada grupo de elevadores (s)	40,0 s
5. Tempo de regulação de Portas Abertas para atender às chamadas (s):	-----
a) Chamadas internas (cabina)	1,0 / 30,0 s
b) Chamadas externas (andar)	1,0 / 30,0 s
c) Chamadas no andar principal	1,0 / 30,0 s
6. Tempo médio para atendimento às chamadas externas de acordo com a população do prédio (s)	30,0 / 40,0 s
7. Tempo de regulação do sistema de forçador (<i>Nudging</i>) (s) (Obs.: O fechamento das portas deverá ser lento, com acionamento de sinal sonoro de advertência e botão "Abrir Portas" ativado)	1,0 / 40,0 s
8. Variação percentual da velocidade nominal (%)	< 5,0 %
CONFORTO DA VIAGEM	-----
9. Aceleração / desaceleração máxima (m/s ²)	1,0 / 1,5 m/s ²
10. <i>Jerk</i> máximo (m/s ³)	1,0 / 1,5 m/s ²
11. Tolerância nivelamento andar (mm)	< 15,0 mm
12. Nível máximo de ruídos no interior da cabine (db)	60 dB
13. Vibração na viagem:	-----
a) Vertical (mg)	10 mg
b) Horizontal Lateral (mg)	15mg
c) Horizontal Frente/Fundo (mg)	25 mg

3 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços no prédio localizado na Visconde de Inhaúma 68, estarão sujeitos às normas disciplinares internas, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o TRF-2ª Região, pois que deverá ser comprovada a existência de contrato de trabalho com a Contratada, a qual responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao prédio em que se realiza a obra ou a terceiros, durante ou em



consequência da execução do serviço contratado, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

3.2 - Retirar do prédio localizado na Visconde de Inhaúma 68, imediatamente após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização do Contratante, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantenha atitude hostil para com os Fiscais ou prepostos do Tribunal;

3.3 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar pessoas ou materiais, em decorrência de erro dos serviços objeto do Contrato, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante;

3.4 - Permitir que seus empregados, quando estiverem prestando serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna;

3.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

3.6 - Fornecer à Fiscalização do contratante a lista de ferramentas e equipamentos de uso nos serviços em questão;

3.7 - O serviço a ser executado pela Contratada não poderá interferir nas atividades normais do Contratante, razão pela qual a Contratada se obriga a executar no período noturno, quando solicitado pelo contratante, a partir das 20:30 horas, desde que liberado o ambiente pelo usuário, em finais de semana ou feriados qualquer serviço que não possa ser executado em dias úteis e/ou no horário de expediente normal, sem custos adicionais;

3.8 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, sendo obedecidas todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho, contidas nas Normas Regulamentadoras NR-6, NR-10 e NR-18, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual - EPI, tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos, equipamentos e ferramentas adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. O Contratante poderá paralisar os serviços enquanto os empregados não estiverem protegidos, sendo o ônus da paralisação de responsabilidade da contratada;

3.9 - Deverão ser usados somente materiais novos, sem defeitos ou deformações. Não serão aceitos materiais com evidências de terem sofrido danos. As marcas dos mesmos deverão ser citadas nas propostas;

3.10- Fornecer quaisquer outros materiais / equipamentos não mencionados e que são indispensáveis à implantação de uma eficiente limpeza e higienização dos dutos e maquinários;

3.11 - Todo o serviço deverá ser executado com esmero e ótimo acabamento, sem aparas que possam causar danos aos usuários e mantenedores;

3.12 - A ausência de qualquer dos itens especificados neste roteiro e necessários a



execução satisfatória do objeto não exige o licitante de executá-la dentro do preço global da proposta, devendo o orçamento do licitante ser elaborado levando em consideração que os serviços, objeto da licitação, deverão ser entregues completos mesmo quando não expressamente indicados nas especificações ficando a cargo do licitante a previsão de qualquer serviço ou material necessário, posto que a utilização de tecnologias e equipamentos é própria de cada licitante, dada a diversidade de empresas do mercado, não lhe cabendo quaisquer acréscimos de pagamento decorrente;

3.13 - A remoção de eventuais entulhos correrá por conta da contratada, sendo obrigatório que a empresa, ao término de cada tarefa / atividade diária, deixe os locais de trabalho perfeitamente limpos e arrumados, devendo, se for o caso, cobrir com plásticos / lonas adequados a estes ambientes para a previsão de proteção dos bens móveis ou imóveis contra danos ou manchas;

3.14 - Apresentar a relação dos funcionários que serão designados para prestar os serviços, devendo descrever a qualificação profissional de cada um dos membros da equipe técnica e o que se responsabilizará pelos serviços a serem executados;

3.15- Durante a execução, se houver a necessidade de modificar algum detalhe do serviço, a contratada deverá, antes de tomar qualquer decisão, consultar a fiscalização, expondo formalmente seu parecer técnico sobre o assunto;

3.16 - A contratada fornecerá os equipamentos, materiais, mão-de-obra, transporte e tudo o mais que for necessário para a execução dos serviços;

3.17 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela contratante, sem qualquer ônus para o mesmo;

3.18 - A contratada fornecerá todos os catálogos, folders, manuais dos materiais e equipamentos utilizados no serviço;

3.19 - A Contratada deverá obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos em lei;

3.21 - A Contratada deverá observar as leis, regulamentos e posturas edilícias referentes ao serviço e à segurança do público, obedecendo à melhor técnica vigente e enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos do Conselho Regional local, especialmente no que se refere à anotação de responsabilidade técnica (ART), quando da execução dos serviços;

3.22 - A Contratada deverá apresentar a ART, mencionada no item anterior, no ato da assinatura do presente termo contratual;

3.23 - Deverá ser efetuado **Diário de Obra**, que será assinado diariamente pela fiscalização;

3.24 - Após a conclusão dos serviços, a empresa devolverá a chave do depósito em uso, removendo quaisquer entulhos / restos de obra, mantendo o local limpo;

4 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:



- 4.1** - Fornecer local adequado para guarda dos equipamentos / materiais a serem utilizados;
- 4.2** - Executar o serviço referente ao desligamento, retirada e reinstalação de equipamentos, sensores e ferramentas concernentes à automação;
- 4.3** - Disponibilizar o layout em arquivo DWG para a contratada.

5 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1 - Os equipamentos, componentes, materiais e serviços deverão atender às últimas revisões das normas específicas de cada uma das seguintes instituições:

5.2.1 - ABNT / NBR 207 - Elevadores elétricos de passageiros Requisitos de segurança para construção e instalação;

5.2.2 - ABNT / NBR 313 - elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - requisitos particulares para acessibilidade das pessoas com deficiência;

5.2.3 - ABNT / NBR 15597 - Requisitos de segurança para construção de elevadores - Elevadores existentes- Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas;

5.2.4 - ABNT / NBR 5665 - Cálculo de tráfego nos elevadores ;

5.2 - Quando uma norma, equipamento ou material for especificado, o mesmo não poderá ser substituído sem a prévia concordância da contratante, e em nenhuma hipótese a substituição poderá ser por normas ou materiais de requisitos inferiores;

5.3 - Todos os equipamentos especificados para o sistema deverão ter operação silenciosa sem vibração sob quaisquer condições.

5.4 - Caso qualquer equipamento fornecido e instalado pela contratada venha a apresentar problemas de vazamentos, ruídos ou vibrações, estes deverão ser sanados sem quaisquer ônus para a contratante.

6 - PRAZO DE EXECUÇÃO:

6.1 - Em até 180 (cento e oitenta) dias, **contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato**. Os serviços só poderão ser executados em horário liberado pelo contratante, a partir das 20:30 horas, se o ambiente tiver sido liberado pelo usuário.

7- GARANTIA:

7.1 – O prazo de garantia dos serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 14.2 do Edital;

7.2 – O prazo de garantia dos materiais/equipamentos de, no mínimo, 12(doze) meses,



contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 14.2 do Edital;

7.2.1 - Os materiais/equipamentos acima referidos deverão ser novos e de primeira qualidade, tendo garantia total contra falhas e defeitos de fabricação / funcionamento, e terão Termo de Garantia emitido pela contratada;

7.3 - A contratada deverá comparecer ao local de execução dos serviços, num prazo de 24:00 horas, para, às suas expensas, refazer quaisquer defeitos detectados pela fiscalização do serviço em materiais/equipamentos, dentro do período de garantia, substituindo os componentes defeituosos por novos e realizando os devidos testes de funcionamento dos elevadores.